



OPEA SECURIZADORA S.A.

CNPJ/MF 02.773.542/0001-22 (anteriormente denominada RB Capital Companhia de Securitização)

Relatório de Administração

São Paulo, 08 de março de 2022. A Opea Securizadora S.A. ("Companhia") realizou 93 emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") e 17 emissões de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") em 2021, e auferiu um resultado de R\$ 1.046 mil no exercício de 2021, provenientes basicamente da receita de serviços prestados na emissão do CRI/CRA e "spread" na venda. Durante o exercício de 2021, os acionistas aprovaram a renúncia de dividendos no valor de R\$ 1.629 mil e o pagamento de dividendos no montante de R\$ 112 mil. Após a apuração do lucro no fim de 2021, a Companhia constitui dividendos obrigatórios, conforme estatuto social, no valor de R\$ 249 mil. A Administração da Companhia é otimista com potencial de crescimento do mercado de crédito estruturado e securitização, dado o perfil de longo prazo dos nossos produtos, que continuam consistentemente demandados pelos investidores locais, incluindo institucionais e pessoas físicas. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2021, contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia. A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)			
ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.297	4.319
Títulos e valores mobiliários	5	224	-
Contas a receber	6	1.092	300
Impostos a recuperar	7	1.520	2.754
Outros créditos	8	8.840	6.761
Total do ativo circulante		14.958	14.134
Ativo não circulante			
Investimentos	10	-	-
Impostos diferidos	8	-	-
Outros créditos	8	48	-
Imobilizado e Intangível	9	4.114	2.646
Divíduo de Uso	10	968	-
Partes relacionadas	11	-	-
Total do ativo não circulante		5.150	2.646
Total do ativo		20.108	16.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)						
Notas	Capital Subscrito	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
		à integralizar	Retenção de lucros			
Saldos em 1 de janeiro de 2020	15.692	3.138	7.997	-	26.827	26.827
Aumento de Capital	14,2	4.338	-	-	1.200	6.755
Resultado do exercício	-	-	-	6.755	(1.629)	(5.629)
Dividendos	14,5	-	(4.000)	-	(238)	(774)
Reserva Legal	-	-	238	-	(1.129)	(891)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(774)	(774)
Redução de Capital	-	(18.839)	-	-	(18.839)	(18.839)
Retenção de lucros	-	-	4.114	(4.114)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.191	238	8.111	-	9.540	9.540
Saldos em 1 de janeiro de 2021	1.191	238	8.111	-	9.540	9.540
Aumento de Capital Social	14,1	16.120	(5.000)	(8.831)	2.289	1.046
Resultado do exercício	-	-	-	1.046	(52)	(47)
Reserva Legal	-	-	52	-	(745)	(693)
Retenção de lucros	-	-	-	745	(112)	(633)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.629)	(1.629)
Renúncia de dividendos mínimos	-	-	-	-	1.629	1.629
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.311	(5.000)	290	1.542	-	14.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Opea Securizadora S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima aberta, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, Conjunto B2. Seu controlador é a Yavara Brasil S.A. A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários listados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio. Em 15 de julho de 2020 houve a cisão parcial da Companhia em 09 de abril de 2021 a Opea Capital S.A. (antiga Yavara Brasil S.A.), sociedade do Grupo Jaguar Growth Partners, adquiriu a totalidade das ações de emissão da RB Capital Companhia de Securitização (que passou a ser denominada Opea Securizadora S.A. a partir de 7 de setembro de 2021), que é titular de toda a RB Capital S.A., tornando-se a única acionista e controladora da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de março de 2022. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Demonstração de Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar se a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado". **2.4. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis de mercado, diretamente ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais práticas contábeis adotadas: a) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros não-derivativos a valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; **b) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente em operações compradas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado; **c) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir: **(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado,** que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-los até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contêm exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado,** que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificar-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando, "A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou "A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reverter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro; e (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; **(b) Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela companhia:** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; • Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da provisão para perdas; e • O valor acumulado da provisão para perdas; em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente. Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retratada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou em termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **e) Redução ao valor recuperável: (i) Mensuração das perdas esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes fatores observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(iii) Baixas: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(iv) Ativos intangíveis: (i) Software:** Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(iii) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(iv) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(v) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(vi) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(vii) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(viii) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(ix) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

(x) Impostos a recuperar: Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e o valor contábil líquido é o resultado líquido.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida		15	12.424
Custo dos serviços prestados	16	(1.529)	(1.093)
Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais		10.895	11.302
Despesas gerais e administrativas	17	(3.274)	(1.738)
Despesas de comercialização	17	(473)	(95)
Despesas com pessoal	17	(9.149)	(2.700)
Despesas tributárias	17	(17)	(78)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(209)	(13)
Lucro (prejuízo) operacional		(2.327)	6.678
Equivalência patrimonial			
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	-
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(2.328)	6.678
Partes Relacionadas	18	5.530	3.526
Despesa Financeira	18	(136)	(243)
Despesa Financeira e de contribuição social		3.066	9.961
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.028)	(3.206)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-
Lucro líquido dos exercícios		1.046	6.755
Lucro líquido básico por ação - RS		20	0,132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido dos exercícios		1.046	6.755
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente dos exercícios		1.046	6.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início dos exercícios		-	-
Adições Equipamentos	325	-	-
Depreciação Equipamentos	(12)	-	-
Adições Beneficiários em Imóveis de Terceiros	125	-	-
Amortização de Benf. Imóveis de Terceiros	(2)	-	-
Saldo no fim dos exercícios		436	-

Taxa de amortização			
	31/12/2021	31/12/2020	
Software em desenvolvimento	1.236	666	
Softwares prontos	3.676	2.554	
Amortização softwares prontos	(1.234)	(574)	20% a.a.
Saldo no início dos exercícios	3.678	2.646	
Adições Softwares	1.692	1.308	
Amortização Softwares	(600)	(431)	
Saldo no fim do período	3.678	2.646	

Taxa de amortização			
	31/12/2021	31/12/2020	
Direito de Uso de Imóveis	956	-	
Amortização de Direito de Uso de Imóveis	(32)	-	60 meses
Direito de Uso de Equipamentos de Informática	55	-	
Amortização de Direito de Uso de Equip. de Informática	(11)	-	24 meses
Saldo no início do período	968	2.646	
Adições Direito de Uso de Imóveis	956	-	
Amortização de Direito de Uso de Imóveis	(32)	-	
Adições Direito de Uso de Equip. de Inform.	55	-	
Amortização de Direito de Uso de Equip. de Informática	(11)	-	
Saldo no fim do período	968	2.646	

11. Partes relacionadas: A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante (a)	2	-
Passivo circulante (b)	-	3.209
Passivo não circulante (c)	249	-
Total	251	3.209

12. Provisão para contingências

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingências cíveis (a)	24	-
Total	24	-

(a) Em 31 de março de 2021 foi provisionado o montante de R\$ 24 referente a um processo que possui causa provável de perda, conforme avaliação da administração e seus assessores jurídicos. Esse processo foi baixado, conforme nota explicativa nº 24.

13. Provisão para contingências

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingências cíveis (a)	24	-
Total	24	-

(a) Em 31 de março de 2021 foi provisionado o montante de R\$ 24 referente a um processo que possui causa provável de perda, conforme avaliação da administração e seus assessores jurídicos. Esse processo foi baixado, conforme nota explicativa nº 24.

14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: O capital social foi dividido em 7.927.248 ações (7.927.248 em 31 de dezembro de 2020, ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 17.311 (R\$ 1.191 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 12.311 integralizado e R\$ 5.000 a integralizar. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 20.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **14.2. Aumento de capital:** Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia aumentou o capital no valor de R\$ 4.338, com a emissão de 1.018.395 ações, mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) de R\$ 1.200 e capitalização da Reserva Legal de R\$ 3.138. Em 30 de setembro de 2021, foi aprovado em assembleia o aumento de capital no valor de R\$ 16.120 mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) de R\$ 2.289, capitalização das reservas de lucro no valor de R\$ 8.831 e o valor de R\$ 5.000 que será integralizado até 30 de setembro de 2022. Com isso, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.191 para R\$ 17.311. **14.3. Redução de capital:** Em 15 de julho de 2020 a Companhia reduziu o capital em R\$ 18.839 sem o cancelamento de ações, com a versão das debêntures ativas, mensuradas a valor justo, para a RB Capital Realty One Empreendimentos Imobiliários S.A. A transação não envolveu caixa. **14.4. Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 1.542 (R\$ 8.111 em 31 de dezembro de 2020) e reserva legal de R\$ 290 (R\$ 238 em dezembro de 2020). **14.5. Dividendos:** Em 03 de fevereiro de 2020, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 4.000, advindo da reserva de lucros e conforme assembleia de 8 de abril de 2021, no semestre findo em 30 de junho de 2021 os acionistas aprovaram a renúncia de R\$ 1.629 e o pagamento de dividendos no montante de R\$ 112. O Estatuto Social da Companhia prevê a Constituição de Dividendos mínimos de 25% do saldo restante do lucro líquido após a dedução da Reserva Legal. **Destinação do Resultado do Exercício:** O lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi destinado conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.046	6.755
Reserva legal - 5%	(52)	(238)
Base de cálculo para dividendos	994	6.517
Dividendos mínimos obrigatórios	249	1.629
Dividendos declarados	(249)	(1.629)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(774)
Retenção de lucros	745	4.114

	01/01/2021	01/01/2020
	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta	13.228	13.180
Taxa de Administração de CRI	160	178
Taxa de Emissão de CRI	4.871	3.715

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF 02.773.542/0001-22 (anteriormente denominada RB Capital Companhia de Securitização)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

vos financeiros com risco de liquidez. **19.4.4. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI. **21.1.1. Análise de sensibilidade: Premissas:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritas a seguir: • **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico; • **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base; • **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base. **Análise da administração:** A Com-

panhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2022 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

Premissas	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI Caixa e equivalentes de caixa	12,38%	9,29%	6,19%
Diminuição da taxa do IPCA Títulos e valores mobiliários	5,52%	4,14%	2,76%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	161	121	80
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários	28	21	14

22. Operações por segmento: Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 "Informações por segmento". O CPC 22 é mandatório para demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de créditos) e, por isso, considera que nenhuma divul-

gação adicional por segmento seja necessária.

23. Outros assuntos: Com relação à pandemia Covid-19, a Companhia tem observado atentamente o impacto no mercado de securitização brasileiro e respectivos créditos a ele vinculados, e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento. Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela, e tem adotado políticas corporativas globais e recomendações do seu acionista controlador.

24. Eventos Subsequentes: O processo relacionado a contingência provisionada no montante de R\$ 24, conforme nota explicativa nº 13, foi firmado acordo com a Autora que renunciou sua pretensão em relação à Opea Securitizadora S.A. A renúncia foi homologada e o processo foi extinto, sendo assim, o montante provisionado de R\$ 24 foi baixado.

A DIRETORIA

FÁBIO ROBERTO BENVINDO

Contador - CRC 1SP255684/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Opea Securitizadora S.A. (anteriormente denominada RB Capital Companhia de Securitização) - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Opea Securitizadora S.A. (anteriormente denominada RB Capital Companhia de Securitização, "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opea Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Não temos principais assuntos de auditoria a serem comunicados.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstra-

ções financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>